

Highlights

Vinte e quatro de outubro
No ano de vinte e nove (1929)
Quebra a bolsa de valores
Grande recessão promove.
Roosevelt quem liderou
Maynard Keynes pensou
O Estado, então resolve.

Ano de noventa e quatro
Quebra o peso mexicano
Aiatolás vencem o Xá
O petróleo iraniano.
Crises no capitalismo
Do alto até o abismo
Sempre um novo desengano.

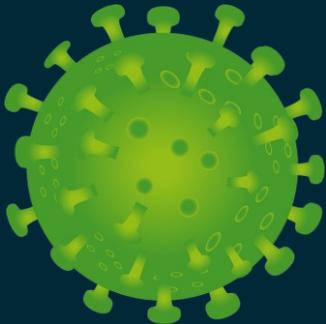
Crise em noventa e sete (1997)
Lá nos tigres asiáticos.
Depois Rússia e o Brasil
Vivem momentos dramáticos.

Argentina sua história
Dívida, a moratória
Para liberais lunáticos.

Duas guerras no Iraque
Invade o Afeganistão.
EUA gastam com a guerra
Provocando a recessão.
Mercado imobiliário
Quebram bancos e o salário
Mundo sofre desde então.

Com o novo, corona vírus
Veio grande recessão
Velhos cortes sociais
Agravam a depressão.
O povo sem assistência
Idosos sem previdência
Sem saúde e educação.

(Literatura de Cordel. Luís Távora,
2020)



A história mostra soluções para as mais diversas crises. O contexto e momento foram essenciais para a determinação de novos cursos. Alguns resultados foram positivos para um curto período de tempo e levaram a situações mais difíceis no segundo instante. Diante da complexidade dos eventos, não há espaço para análises simplistas. Agora, em especial, já havia uma revolução denominada 4.0 modificando a forma como as atividades econômicas vêm se revisitando. A aceleração de ajustes e novas trajetórias é o curso a ser seguido e atalhos devem ser evitados.

Os recursos necessários estarão concomitantemente em dois polos, um atende à volta da normalidade possível e outro ao polo na busca de alternativas disruptivas dos atuais modelos de negócio, a exemplo da busca do capital como crédito ou por novos sócios que precisam ter o olhar para o capital de giro, mas, também, em investimentos fixos de modernização tecnológica, melhoria de processos e requalificação da mão de obra.

O desafio de compreender e refazer a nova história serão um dos marcos alavancadores das atividades econômicas e sociais na Grande Redefinição preconizada por Klaus Schwab, diretor-Presidente do Fórum Econômico Mundial.



Avaliação de Políticas e o Uso de Dados na Gestão Pública

A máxima de que o que não se mede não se gerencia, de Peter Drucker, tem sido constantemente negligenciada na gestão pública. Muitas vezes, orientados por um sentido de urgência das necessidades da população, acabam por apresentar uma miope sobre a importância do uso de dados na administração pública.

Em momentos de grandes choques, a falta dos dados dificulta, gravemente, a tomada de decisão. Na luta contra a Pandemia, a Coreia do Sul se destacou como um dos países que produziu boas práticas em suas políticas, ainda que tenha sido acometida por condições adversas, ressaltada pela falta de conhecimento sobre o novo corona vírus. Durante o processo, o país asiático utilizou tecnologias de *Big Data*, Inteligência Artificial e *Smart Tech*. A partir destas ferramentas, foi possível identificar a rota do vírus e aonde sua disseminação seria mais forte e mais nociva¹. O resultado mostrou um país que conseguiu achar a curva com maior velocidade e reduzir os impactos econômicos da pandemia.

Para além disso, o uso de dados como ferramenta para o aprimoramento da gestão pública é algo reconhecido internacionalmente, e que vem crescendo em aplicação no Brasil. Em 2018, o governo federal lançou os guias de avaliação *ex-ante* e *ex-post* de políticas públicas com o objetivo de difundir a cultura de avaliação na gestão pública, apresentando ao público formas de utilização e de levantamento de dados para diagnóstico e aprimoramento de uma política, e informações para auxiliar na elaboração e aperfeiçoamento da governança e posterior avaliação dos resultados.

¹ Towards Data Science (2020). Disponível em: <https://towardsdatascience.com/coronavirus-a-big-data-lesson-from-south-korea-5bb703b8b0ae>

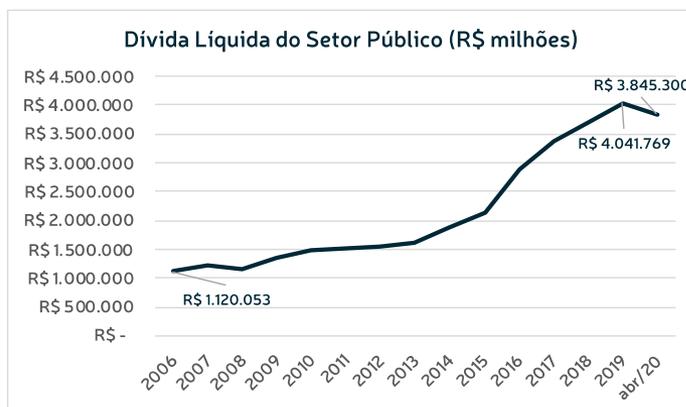
Nos anos 1990, nos Estados Unidos, algumas cidades introduziram uma série de programas com o objetivo de elevar a mobilidade social. O projeto consistia no chamado *Moving to Opportunity approach* que provia casas em regiões com mais oportunidades de crescimento, e buscava criar um ambiente com melhores chances de crescimento em regiões desprivilegiadas. O projeto *Opportunity Insights* apresentou uma série de ferramentas para analisar e discutir essas duas formas de abordagem do problema, e em quais situações cada uma delas deveria ser aplicada. Os resultados indicaram que existiam diferenças significativas entre os resultados, e que em determinadas situações, precisariam de desenhos diferentes ou políticas auxiliares².

O uso de dados para o aprimoramento da ação estatal teve seu auge no ano de 2019 com o prêmio nobel de economia, em que a economista Esther Duflo, e os Economistas Abhijit Banerjee e Michael Kremer foram laureados pelo trabalho na área. Os autores levaram a análise de dados na gestão pública para um estágio avançado, buscando acelerar o processo de aprimoramento da ação estatal por meio da realização de experimentos. O livro *Poor Economics* de Duflo e Banerjee apresenta o conjunto de estudos e evidências de políticas que utilizaram técnicas como as discutidas aqui e obtiveram resultados melhores. A base da utilização de dados e evidências na construção e no aprimoramento de políticas públicas é uma estratégia importante, e potencializada em momentos de escassez de recursos. Para que os problemas pré-existentes a uma crise possam ser resolvidos, é imprescindível a utilização de técnicas que tornem a ação estatal mais eficiente, a gestão pública mais transparente e a governança das políticas públicas mais inteligente.

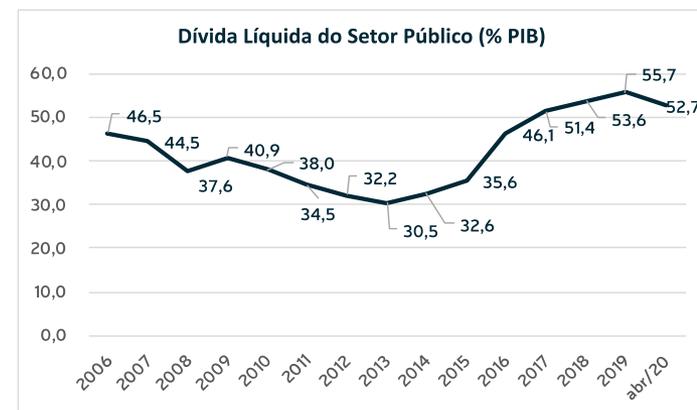
² A discussão pode ser encontrada no site da organização: <https://opportunityinsights.org/>.

Finanças Públicas - Dívida

A Dívida Líquida do setor público brasileiro começou a crescer de modo acentuado e contínuo em 2014, e atingiu R\$ 4,041 trilhões em 2019, representando um aumento de mais de 100% no período. A recessão econômica em 2015 e 2016 impactou fortemente as receitas públicas. A principal pressão do gasto público advém ainda dos déficits do sistema previdenciário que, somado à atual pandemia, tem acelerado o crescimento da dívida em 2020. A expectativa é que a dívida bruta continue a subir nos próximos meses, atingindo mais de 80% do PIB, ainda em 2020. A tendência para maior eficiência na gestão da dívida pública requer urgência nas reformas estruturais, sob o risco de expectativas alarmantes para 2021, com a dívida bruta alcançando algo em torno de 95% do PIB. Por outro lado, mas não sustentável, a dívida líquida tem recebido uma contrapartida de resultados das reservas brasileiras.



Fonte: Banco Central do Brasil, 2020.



Fonte: Banco Central do Brasil, 2020.

Resultado
Nominal



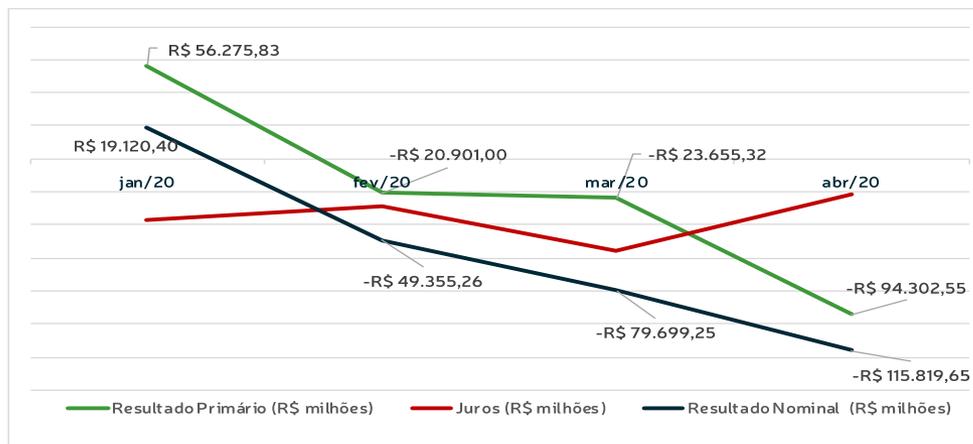
Resultado
Primário



Juros
Nominais

Derivada da dívida líquida do setor público, a Dívida Fiscal Líquida, reflete os efeitos dos juros devidos e do resultado primário, itens que quando somados correspondem ao **resultado nominal** do setor público, também conhecido como necessidade de financiamento. Em meio aos esforços do Governo Federal para combater a pandemia da Covid-19, economistas do mercado financeiro avaliam que o Brasil encerrará o ano de 2020 com um déficit primário recorde. A meta original para o déficit primário do setor público em 2020 era de R\$ 124 bilhões. No entanto, com o aumento das despesas públicas nos programas de proteção, o Ministério da Economia estima que este pode superar R\$ 600 bi. bilhões

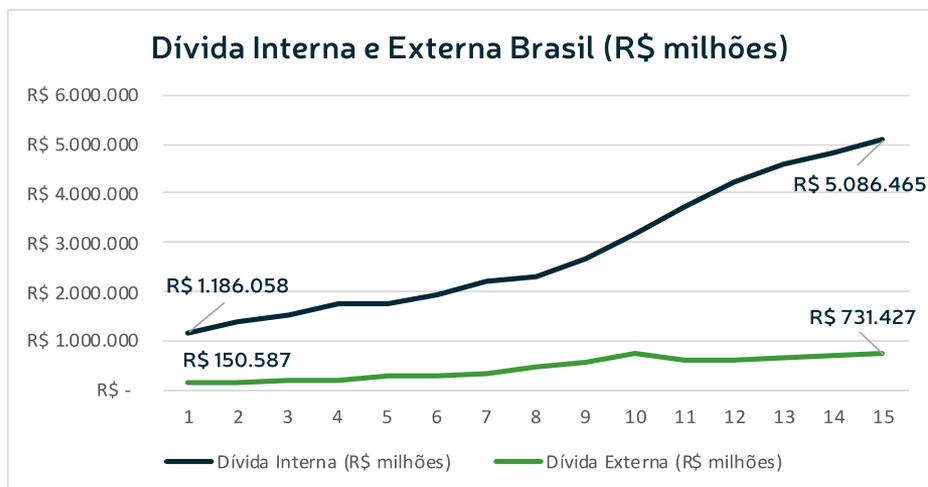
Resultado Primário, Juros e Resultado Nominal (Jan-Abr 2020)



Em abril de 2020, o resultado primário do setor público consolidado (governo federal, estados, município e empresas estatais) registrou um déficit de R\$ 94,303 bilhões. O resultado nominal, que inclui os juros, registrou um déficit de R\$ 115,820 bilhões no mesmo mês, no resultado acumulado de 12 meses o déficit atingiu R\$ 545,716 bilhões.

A dívida interna continua a subir, representando o conjunto de empréstimos feitos junto a investidores para cobrir necessidade advindas do orçamento público. Da mesma forma, a Dívida Externa entendida como os compromissos assumidos pelo país em moeda estrangeira frente a agentes externos, tem crescido de mais acentuadamente. Fator esse que torna a atual situação econômica brasileira mais delicada, pois além do país se deparar com a crise econômica e sanitária, tem que conter, também, a elevação de suas dívidas advindas da depreciação cambial.

A dívida bruta do governo geral, obtida pela soma das dívidas interna e externa brasileira, encerrou 2019 em 5,500 trilhões, e em abril de 2020 já era de 5,817 trilhões representando 79,7% do PIB.



Ratificando a análise, a estimativa é de que a Dívida Bruta do Governo chegue a 80,8% do PIB no final do ano. Este cenário requer um esforço fiscal considerável, significa dizer avançar nas reformas fiscais: administrativa, tributária, orçamentária eliminando muitas vinculações e, inclusive, voltar a discutir um novo estágio da reforma previdenciária.

Taxa Selic

Após sucessivas quedas desde 2019, em junho de 2020, a taxa Selic atingiu 2,25% a.a - seu menor valor histórico. A redução dessa taxa tem um papel estratégico no controle da inflação e estabilização da economia, definindo o preço que se paga pelo crédito no país. Incentiva o consumo e impacta diretamente em outros indexadores como IPCA e CDI.

Para as empresas, a redução da taxa Selic representa queda no endividamento. O crédito se torna mais acessível, o que tende a estimular o consumo e, por consequência, a atividade produtiva, aumentando a circulação de dinheiro.

Para investidores, os cortes na taxa representam menor rendimento em aplicações de renda fixa, e maiores ganhos em renda variável. Segundo o Banco Central, as previsões são que a Selic se mantenha nesse valor em 2020, e volte a subir nos próximos anos, atingindo 5% em 2022.

96.351,47 -220,63 (0,23%) ↓

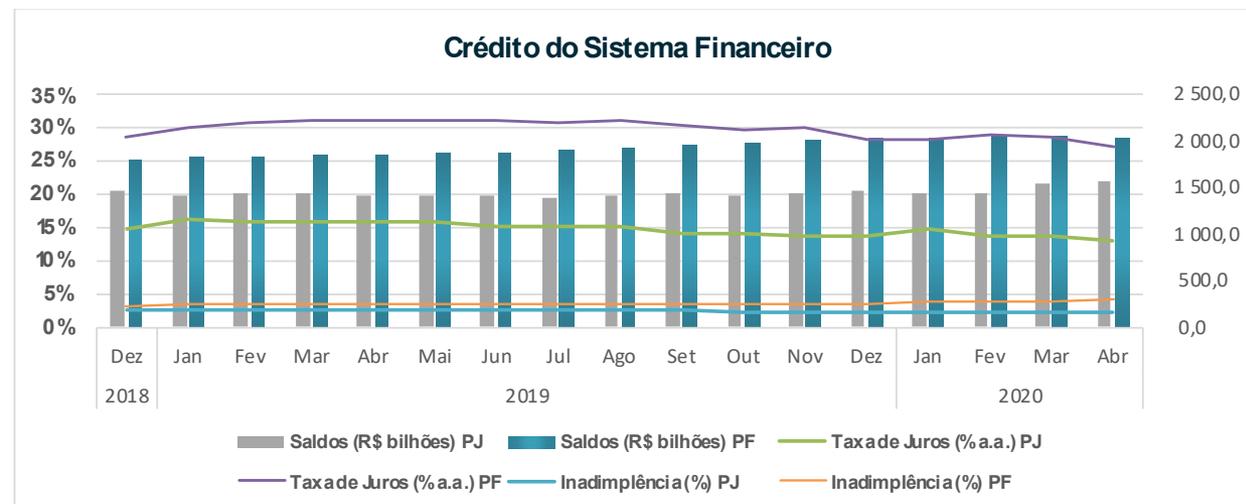
22 de jun. 11:21 BRT · Exoneração de responsabilidade



Crédito do Sistema Financeiro

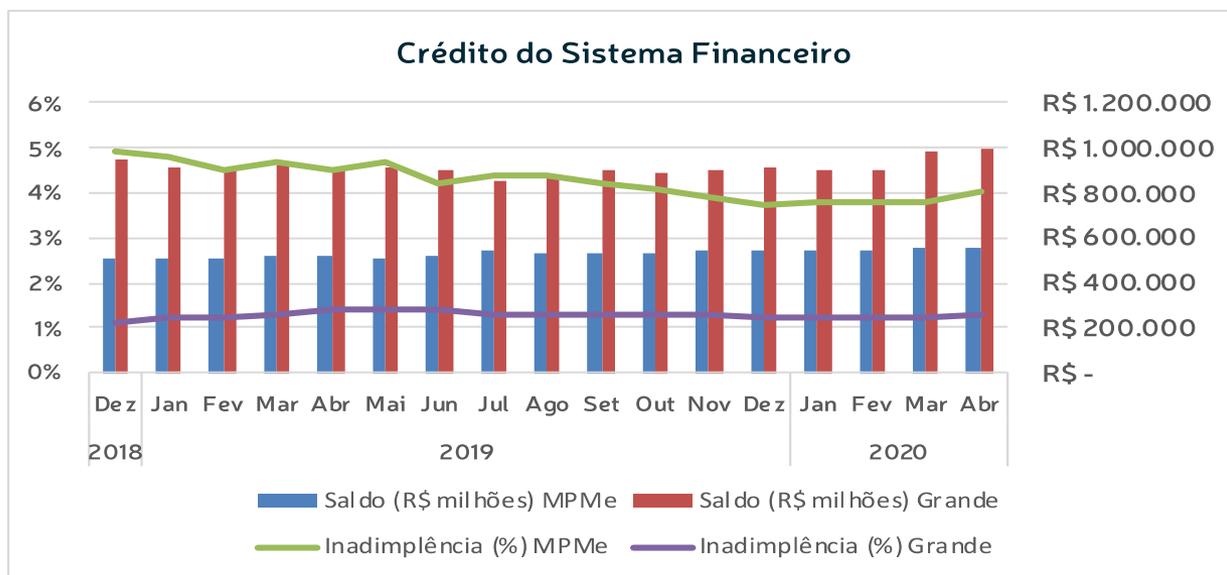
O saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro chegou a R\$ 3.587,2 bilhões em abril de 2020, representando 49,2% do PIB, demonstrando estabilidade em relação ao mês anterior, como decorrência da expansão de 1,2% na carteiras de pessoas jurídicas compensada pela redução de 0,9% no saldo de pessoas físicas. Em 12 meses, o crescimento da carteira total se manteve em 9,6%. O crédito a pessoas jurídicas com recursos livres apresentou um aumento de 13% entre janeiro e abril de 2020 (totalizando R\$ 993,2 bilhões em abril), e de 24,7% em 12 meses. Com elevação na modalidade de capital de giro, representando aumento de 14,3% no trimestre e 21,9% em 12 meses.

No tocante ao crédito livre a pessoas físicas, o aumento em 12 meses foi de 11,5%, com queda de 2,2% entre março e abril de 2020, com destaque para queda de na aquisição e arrendamento de veículos.



Crédito do Sistema Financeiro

O crédito concedido a pessoas jurídicas foi, em sua maioria, destinado a grandes empresas, totalizando R\$ 1.002 bilhões em abril de 2020, frente a R\$ 552 bilhões concedidos a empresas de outros portes. Isso pode ser justificado, também, pela dificuldade por parte das empresas menores em apresentar as garantias solicitadas pelas instituições financeiras, além do nível de inadimplência significativamente superior apresentado por estas.



Em média, a inadimplência de grandes empresas está em 1,23%. Empresas de portes menores tem média de inadimplência de 3,85%.

No entanto, esses valores refletem uma queda do inadimplemento em relação a 2019.

Crédito do Sistema Financeiro

Os cinco maiores bancos brasileiros, Itaú, Caixa, Banco do Brasil, Bradesco e Santander detêm 80,7% da concessão de crédito no país, segundo o Banco Central do Brasil. De acordo com a Federação Brasileira de Bancos, entre os dias 16 de março e 17 de abril de 2020, esses bancos liberaram R\$ 266 bilhões em crédito para pessoas físicas e jurídicas, o que representa elevação de 22% em relação ao mesmo período de 2019.

Os quatro maiores bancos no Brasil, e com ações negociadas na bolsa (Itaú, Bradesco, Banco do Brasil e Santander) apresentaram crescimento médio no lucro líquido de 18% em 2019, em relação a 2017. O lucro líquido acumulado foi de R\$ 81,5 bilhões. No primeiro trimestre de 2020, o lucro líquido consolidado foi de R\$ 13,7 bilhões, menor montante desde o terceiro trimestre de 2017. Diante dos desafios atuais, os quatro bancos somaram R\$ 28,38 bilhões em provisionamento de devedores duvidosos (reserva para cobrir inadimplências no período) no primeiro trimestre de 2020.

Instituição	LL 2019 (R\$ bi)	Δ 2018-2109
Itaú	R\$ 26,583	6,40%
Bradesco	R\$ 22,600	18,32%
BB	R\$ 18,160	41,2%
Santander	R\$ 14,181	16,6%



Gestão de Recebíveis

Para muitas empresas, uma parte significativa de seu capital de giro é utilizado para financiar crédito a seus clientes. O nível desses investimentos depende do comportamento das vendas e da política de crédito da empresa, incluindo análise de crédito, prazo, descontos financeiros e política de cobrança.

Na análise tradicional de crédito, os **5 C's** do crédito são bastante utilizados para identificar a capacidade de pagamento do cliente. O **Caráter** identifica a disposição do cliente em pagar corretamente seu crédito, podendo incluir análise do histórico judicial e financeiro, perfil dos sócios, pontualidade, prática de negociações, entre outros. A **Capacidade** procura medir o potencial de geração de recursos do cliente visando a liquidação do compromisso de crédito solicitado, análise normalmente feita com base em informações financeiras do cliente, tempo de mercado, experiência no setor. O **Capital** de forma similar à capacidade, observa as informações financeiras, com foco na solidez econômica, patrimônio líquido, e liquidez. O **Colateral** ou garantia, envolve instrumentos que possam lastrear o crédito, como caução, fiança, ou aval. O fator **Condições** envolve os efeitos da conjuntura econômica sobre a capacidade de pagamento do cliente, movimentos de novos produtos ou concorrentes que podem alterar a dinâmica do setor, e seu poder de adaptação a novas situações.



Vendas à vista eliminam custos financeiros, risco de crédito, além de reduzir a necessidade de capital de giro da empresa. Mas muitas vezes é preciso conceder prazo para o pagamento, determinado principalmente em função da política adotada pela concorrência, a natureza do produto, o poder de barganha entre cliente e vendedor, prazo de pagamento a fornecedores, entre outros. É comum no Brasil empresas que embutem no preço juros em suas vendas a prazo, passando a reforçar esta modalidade de venda, e muitas vezes não fazem distinção entre os preços à vista e a prazo. Um acréscimo no prazo pode induzir a um aumento de vendas, melhorando o resultado na DRE, mas seu impacto na necessidade de capital de giro deve ser acompanhado em conjunto para evitar o Efeito Tesoura, assim como um eventual aumento na inadimplência. O recebimento por cartões de crédito minimiza o risco de crédito, mas quanto maior o prazo, maiores as taxas cobradas.

As políticas de cobrança têm por objetivo definir procedimentos visando ao recebimento, na data de seus vencimentos, dos valores a receber. Medidas mais rígidas, produzem menores riscos de inadimplência, mas também podem influir nas vendas por uma retração por parte dos consumidores, por isso é preciso encontrar um ponto ideal. Normalmente o caminho a ser seguido após um título vencido e não pago inicia com um contato da própria empresa com o cliente, mantendo o relacionamento e evitando maiores desgastes. Na condição de não pagamento, pode evoluir para a utilização de empresas de cobrança, órgãos de proteção ao crédito, e até medidas judiciais.

Há ainda a alternativa de securitização de recebíveis, uma operação financeira estruturada que possibilita a emissão de valores mobiliários lastreados em recebíveis comerciais, com o objetivo de minimizar ou até eliminar o risco de crédito da empresa emissora dos títulos. A securitização pode ser operacionalizada através de uma *trust* ou SPE (sociedade de propósito específico), especialmente construídas para comprar os recebíveis e emitir títulos para poder se financiar ou tomar recursos, ou por um FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios), onde o fundo utiliza recursos aplicados dos investidores para comprar títulos de empresas comerciais, industriais, imobiliárias, de hipotecas e arrendamento mercantil.

Uma alternativa que é importante considerar é a terceirização do processo de gestão de recebíveis, o que pode ser feito de modo exclusivo, realizando o *outsourcing* para uma empresa especializada em gestão de cobrança e recebíveis, ou em conjunto com outros processos como gestão de pagamentos e de tesouraria, quanto é realizado o *outsourcing* integral dos processos de gestão financeira e do fluxo de caixa.



Desafie-se a olhar para novos horizontes!!!

A BFA Assessoria em Finanças e Negócios pode auxiliar sua empresa rumo ao “Novo Normal” oferecendo soluções customizadas para o seu negócio.

Somos uma empresa especializada em Fusões e Aquisições e oferecemos soluções nas áreas de finanças, gestão, desenvolvimento de negócios e elaboração de projetos de investimentos junto a instituições financeiras, empresas e organismos nacionais e internacionais.

Atuamos como assessoria em todo o processo de emissão de títulos nos mercados nacional e internacional, debêntures e *bonds*, e de compra e venda de empresas, com produtos específicos voltados à Gestão por Resultados (GPR), contemplando a gestão de atividades de Planejamento, Execução e Controle nos níveis estratégico, tático e operacional.

BFA Assessoria em Finanças e Negócios
Juntos em todos os momentos!



www.bfa.com.br
bfa@bfa.com.br
+ 55 85 3272-6500